

---

# Relatório Anual 2025

---

Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos  
Arquidiocese de Fortaleza – CDPDH

**Dezembro/2025**

## 1. Apresentação Institucional e Contexto Geral

O Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) é uma organização de inspiração cristã, vinculada à Igreja Católica, que atua de forma histórica e contínua na promoção, defesa e garantia dos direitos humanos, orientando sua prática institucional a partir dos princípios da dignidade da pessoa humana, da justiça social e da opção preferencial pelos pobres. Ao longo de sua trajetória, o CDPDH tem desenvolvido ações estratégicas voltadas ao fortalecimento de sujeitos e coletividades em situação de vulnerabilidade social, com especial atenção às populações empobrecidas, aos povos indígenas, às crianças, adolescentes e jovens, bem como a outros grupos historicamente marginalizados e submetidos a múltiplas violações de direitos.

O presente Relatório Anual tem como objetivo apresentar, de forma sistematizada e transparente, as principais atividades, ações, resultados, aprendizados institucionais e desafios enfrentados pelo CDPDH ao longo do ano de 2025. O documento busca não apenas prestar contas das iniciativas realizadas, mas também evidenciar os impactos sociais gerados pelas ações desenvolvidas, bem como os caminhos trilhados pela instituição no enfrentamento das desigualdades estruturais, da exclusão social e das violações de direitos humanos no contexto cearense.

No ano de 2025, as ações do CDPDH reafirmaram o compromisso institucional com a defesa intransigente da vida, da dignidade humana e dos direitos dos povos e comunidades em situação de vulnerabilidade, com destaque para os povos indígenas, as populações tradicionais e as comunidades empobrecidas do Estado do Ceará. A atuação institucional esteve orientada pela compreensão de que a promoção dos direitos humanos exige intervenções articuladas, contínuas e fundamentadas no diálogo com os territórios, no fortalecimento das organizações comunitárias e na incidência política junto aos órgãos públicos e demais atores da sociedade civil.

As iniciativas desenvolvidas ao longo do período dialogaram diretamente com a missão institucional do CDPDH, especialmente no que se refere à opção preferencial pelos pobres, à promoção da justiça social e à defesa da vida em sua integralidade. Nesse sentido, as ações empreendidas buscaram contribuir para a proteção e valorização dos bens comuns, tais como a terra, os territórios e a biodiversidade, reconhecendo-os como elementos centrais para a garantia de direitos, a preservação dos modos de vida tradicionais e a construção de uma sociedade mais justa, solidária e sustentável.

## 2. Estratégia Metodológica de Atuação

A atuação do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) ao longo do ano de 2025 esteve fundamentada em uma estratégia metodológica integrada, participativa e territorializada, concebida a partir da compreensão de que a promoção e a defesa dos direitos humanos demandam intervenções articuladas, contínuas e sensíveis às realidades concretas vivenciadas pelos sujeitos e comunidades acompanhadas. Tal metodologia buscou articular diferentes dimensões de atuação institucional, fortalecendo tanto a resposta às demandas emergenciais quanto o enfrentamento das causas estruturais das violações de direitos.

Nesse sentido, a prática institucional do CDPDH estruturou-se a partir da integração de eixos estratégicos complementares. A assessoria jurídica popular constituiu um dos pilares centrais da atuação, garantindo o acompanhamento sistemático de demandas individuais e coletivas, com enfoque

na orientação jurídica crítica, no acesso à justiça e na defesa de direitos fundamentais, especialmente em contextos de violação envolvendo populações vulnerabilizadas e territórios tradicionais.

De forma articulada, a educação em direitos humanos foi desenvolvida por meio da realização de oficinas, formações continuadas e espaços de diálogo comunitário, voltados ao fortalecimento da consciência crítica, ao empoderamento dos sujeitos coletivos e à ampliação da capacidade de incidência social e política das comunidades acompanhadas. Essas ações educativas priorizaram metodologias participativas e dialógicas, valorizando os saberes locais e as experiências dos territórios.

A incidência política e institucional constituiu outro eixo estratégico da atuação do CDPDH, materializando-se por meio da participação ativa em conselhos de políticas públicas, fóruns, audiências públicas, espaços interinstitucionais e diálogos com órgãos do poder público. Tal incidência teve como objetivo tensionar estruturas institucionais, influenciar a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas, bem como promover a responsabilização do Estado diante de violações de direitos humanos.

No campo da comunicação popular e comunitária, o CDPDH utilizou ferramentas comunicacionais como instrumentos de denúncia, visibilização de violações e fortalecimento do protagonismo social das comunidades e sujeitos acompanhados. A comunicação foi compreendida como dimensão estratégica para a mobilização social, a construção e a ampliação do alcance das pautas de direitos humanos no espaço público.

Complementarmente, foram desenvolvidas ações de solidariedade e proteção social, em articulação com as Pastorais Sociais e demais organizações vinculadas à Arquidiocese de Fortaleza, com o objetivo de responder a situações de vulnerabilidade extrema, emergências sociais e contextos de violação agravada de direitos. Essas ações reafirmaram o compromisso ético e pastoral da instituição com o cuidado, a acolhida e a defesa da vida.

A adoção dessa estratégia metodológica integrada permitiu ao CDPDH responder de forma simultânea às urgências sociais e aos desafios estruturais enfrentados pelos públicos acompanhados, fortalecendo processos de resistência, organização comunitária e luta por direitos, ao mesmo tempo em que contribuiu para a construção de alternativas sustentáveis de transformação social nos territórios de atuação.

### **3. Programas e Projetos Executados**

#### **3.1 Projeto Água, Saneamento e Higiene nas Escolas indígenas, quilombolas, campo e rural de Caucaia**

No ano de 2025, o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) executou, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Projeto “Água, Saneamento e Higiene nas Escolas de Caucaia”, iniciativa estratégica voltada à promoção do direito humano à água e ao saneamento, reconhecido pela Organização das Nações Unidas, com foco especial em crianças e adolescentes matriculados em escolas localizadas em territórios rurais, indígenas, quilombolas e do campo do município de Caucaia, no Estado do Ceará.

O projeto teve como objetivo geral promover o acesso à água potável segura, ao saneamento adequado e a condições básicas de higiene no ambiente escolar, contribuindo para o pleno

desenvolvimento de crianças e adolescentes, a redução das desigualdades estruturais e a promoção da dignidade humana, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, climática e sanitária. A iniciativa integrou, de forma transversal, os eixos de água, saneamento e higiene (WASH), dignidade menstrual, equidade de gênero, inclusão de pessoas com deficiência e sustentabilidade ambiental, adotando como referência metodológica a abordagem “Três Estrelas”, desenvolvida pelo UNICEF e pela GIZ e adaptada à realidade local.

A execução do projeto foi organizada em fases articuladas, garantindo coerência entre diagnóstico, planejamento, formação e intervenção. Inicialmente, realizou-se um amplo diagnóstico situacional em 55 escolas, por meio de visitas técnicas e escutas qualificadas com gestores, profissionais da educação e estudantes, contemplando os eixos de abastecimento de água, saneamento, higiene, dignidade menstrual e gestão de resíduos sólidos. As visitas, realizadas entre abril e maio de 2025, possibilitaram a identificação das principais vulnerabilidades estruturais e operacionais das unidades escolares, bem como a compreensão das estratégias locais já adotadas para enfrentamento das dificuldades cotidianas relacionadas ao WASH.

Paralelamente às visitas de campo, foi aplicado um instrumento sistemático de avaliação da infraestrutura escolar, que articulou observação direta das instalações com a escuta ativa dos profissionais responsáveis pelo manejo diário da água, do saneamento e da higiene. Esse processo permitiu a construção de um diagnóstico detalhado por escola, apontando pontos críticos e subsidiando a formulação de recomendações técnicas para a melhoria das condições estruturais e das práticas de higiene.

A partir desse diagnóstico, procedeu-se à seleção criteriosa de 35 escolas que passaram a ser protagonistas das intervenções do projeto. A seleção baseou-se em critérios técnicos previamente definidos, tais como: coerência do projeto escolar com os objetivos do WASH; clareza dos objetivos e do plano de ação; abrangência e continuidade das ações propostas; participação da comunidade escolar; inclusão de meninas e pessoas com deficiência; e grau de inovação, criatividade e sustentabilidade das propostas. A aplicação uniforme desses critérios garantiu a priorização das escolas em situação de maior vulnerabilidade, promovendo equidade e maximização do impacto social do projeto.

No campo da formação e fortalecimento de capacidades, o projeto realizou um conjunto expressivo de atividades formativas ao longo de 2025. Destaca-se a capacitação de 130 gestores escolares e professores, abordando temas como WASH, direitos humanos, saúde pública, dignidade menstrual e gestão do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – modalidade Água. As formações ocorreram de forma participativa, com metodologias dialógicas, estudos de caso, debates e troca de experiências, fortalecendo o papel dos gestores como agentes de transformação em suas comunidades escolares.

Além disso, o projeto apoiou a realização de 110 oficinas participativas nas escolas, com atividades lúdicas, gincanas, feiras de ciências, jogos educativos e debates, envolvendo diretamente crianças e adolescentes. Ao todo, foram 500 adolescentes capacitados, incluindo ações específicas voltadas para 100 meninas, com foco na dignidade menstrual, saúde do ciclo menstrual, acesso a insumos e combate ao estigma, contribuindo para a permanência escolar e para a promoção da igualdade de gênero.

Outro eixo relevante foi o apoio técnico às escolas para a elaboração de projetos de melhoria da infraestrutura em WASH, incluindo a realização de workshops colaborativos e um concurso de projetos, voltados ao desenvolvimento de soluções tecnológicas acessíveis e adequadas à realidade

local. Como resultado, foram elaborados e revisados 35 projetos de intervenção, contemplando melhorias em sistemas de abastecimento de água, banheiros, pias, fossas sépticas, acessibilidade e manejo de resíduos sólidos.

O projeto contou com o financiamento do UNICEF, tendo como organização implementadora o CDPDH, em articulação com a Prefeitura Municipal de Caucaia, por meio da Secretaria Municipal de Educação, e com o apoio institucional da AEGEA, além do envolvimento de gestores escolares, comunidades educativas e lideranças locais. Essa rede de parcerias foi fundamental para a viabilização das ações, para o fortalecimento da governança local e para a sustentabilidade das intervenções propostas.

Ao final de 2025, o Projeto Água, Saneamento e Higiene nas Escolas de Caucaia consolidou-se como uma iniciativa estruturante, capaz de articular diagnóstico técnico, formação humana e proposição de soluções concretas para a melhoria das condições de vida e aprendizagem de crianças e adolescentes em contextos historicamente negligenciados. As ações desenvolvidas reafirmam o compromisso institucional do CDPDH com a defesa dos direitos humanos, a promoção da dignidade humana e a construção de políticas públicas mais justas, inclusivas e sustentáveis.

### **Impactos qualitativos observados:**

A execução do Projeto “Água, Saneamento e Higiene nas Escolas de Caucaia”, ao longo do ano de 2025, produziu impactos qualitativos relevantes e estruturantes nos territórios e comunidades escolares acompanhadas, indo além da melhoria pontual da infraestrutura física e incidindo diretamente sobre práticas pedagógicas, relações comunitárias, percepção de direitos e fortalecimento institucional das escolas envolvidas.

Um dos principais impactos qualitativos observados refere-se ao fortalecimento da compreensão do direito humano à água, ao saneamento e à higiene como direitos fundamentais, especialmente entre gestores escolares, professores, crianças e adolescentes. A partir das formações, oficinas e processos participativos desenvolvidos, constatou-se uma ampliação significativa da consciência crítica acerca da relação entre WASH, saúde pública, permanência escolar, dignidade humana e equidade social. Esse avanço contribuiu para que a temática deixasse de ser compreendida apenas como uma questão estrutural ou administrativa, passando a ser incorporada como dimensão central do projeto político-pedagógico das escolas.

No âmbito da gestão escolar, observou-se um fortalecimento da capacidade técnica e organizativa dos gestores e equipes pedagógicas, especialmente no que se refere ao planejamento, monitoramento e execução de ações voltadas à melhoria das condições de água, saneamento e higiene. As formações e o acompanhamento técnico proporcionaram maior segurança na utilização de instrumentos de gestão, como o PDDE Água, além de estimular uma postura mais proativa na busca por soluções, parcerias e incidência junto ao poder público local. Esse processo contribuiu para o aumento do protagonismo das escolas enquanto espaços de formulação e implementação de políticas públicas em nível local.

Outro impacto qualitativo relevante foi a promoção de ambientes escolares mais seguros, inclusivos e acolhedores, especialmente para meninas, crianças com deficiência e estudantes em situação de maior vulnerabilidade social. As ações voltadas à dignidade menstrual resultaram na redução do constrangimento, do silêncio e do estigma em torno do tema, favorecendo o diálogo aberto sobre saúde menstrual, autocuidado e direitos sexuais e reprodutivos. Como consequência, observou-



se maior participação das meninas nas atividades escolares e maior sensibilidade da comunidade educativa para a adoção de práticas inclusivas e respeitosas.

No campo das relações comunitárias, o projeto contribuiu para o fortalecimento do vínculo entre escola, famílias e território, estimulando processos coletivos de corresponsabilização pelo cuidado com os espaços escolares e com os bens comuns, como a água. As metodologias participativas adotadas favoreceram a escuta ativa e o reconhecimento dos saberes locais, promovendo maior engajamento da comunidade nas ações propostas e ampliando o sentimento de pertencimento e valorização da escola enquanto espaço comunitário.

Destaca-se, ainda, o impacto qualitativo relacionado à formação cidadã de crianças e adolescentes, que passaram a atuar como multiplicadores de práticas de higiene, cuidado ambiental e uso responsável da água, tanto no ambiente escolar quanto em seus contextos familiares. As atividades lúdicas, pedagógicas e participativas fortaleceram o protagonismo juvenil e contribuíram para a construção de uma cultura de direitos, solidariedade e responsabilidade socioambiental.

Do ponto de vista institucional, o projeto consolidou o CDPDH como referência na implementação de ações integradas de direitos humanos no campo do WASH, reafirmando sua capacidade de articular diagnóstico técnico, formação humana, incidência política e atuação territorializada. A experiência acumulada em 2025 fortaleceu o diálogo com o poder público municipal e ampliou a credibilidade institucional do CDPDH junto a organismos internacionais e parceiros estratégicos.

O projeto contou com o financiamento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), cuja parceria foi fundamental para a viabilização técnica e financeira das ações desenvolvidas. A iniciativa foi implementada pelo CDPDH em articulação com a Prefeitura Municipal de Caucaia, por meio da Secretaria Municipal de Educação, e contou com o apoio institucional da AEGEA, além da colaboração direta das equipes gestoras das escolas, professores, estudantes e comunidades locais. Essa rede de parcerias foi determinante para a ampliação do impacto social do projeto e para a sustentabilidade das ações implementadas.

De modo geral, os impactos qualitativos observados ao longo de 2025 demonstram que o Projeto Água, Saneamento e Higiene nas Escolas de Caucaia contribuiu de forma significativa para a promoção da dignidade humana, a redução de desigualdades e o fortalecimento de políticas públicas educacionais e de saúde, reafirmando o compromisso do CDPDH com a defesa dos direitos humanos e com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária.

### 3.2 Crianças, Adolescentes e Jovens Indígenas na Luta pela Demarcação

No decorrer do ano de 2025, o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) desenvolveu e apoiou um conjunto articulado de ações voltadas ao fortalecimento do protagonismo de crianças, adolescentes e jovens indígenas no contexto da luta pela demarcação dos territórios tradicionais no Estado do Ceará. Essas iniciativas estiveram inseridas, de forma central, no âmbito do projeto “Crianças, adolescentes e jovens indígenas na luta pela demarcação”, executado em parceria com a MISEREOR e a Kindermissionswerk, e dialogaram diretamente com o projeto mais amplo “Povos indígenas do Ceará: na defesa da vida, da terra e da biodiversidade”.

As ações desenvolvidas partiram do reconhecimento de que a participação ativa das juventudes indígenas constitui elemento estratégico para a sustentabilidade das lutas territoriais, para a

preservação da memória coletiva e para a continuidade dos processos de autodeterminação dos povos. Nesse sentido, o CDPDH adotou uma metodologia participativa, territorializada e intercultural, priorizando atividades formativas, educativas e de fortalecimento identitário, capazes de articular saberes tradicionais, direitos indígenas e ferramentas contemporâneas de incidência política e proteção territorial.

Dentre as principais estratégias implementadas, destacam-se as oficinas formativas com juventudes indígenas, realizadas em diversos territórios, como as comunidades Tabajara de Poranga, Tabajara da Serra das Matas, Kanindé de Aratuba e outros povos acompanhados. Essas oficinas integraram processos de educação em direitos indígenas, abordando temas como o direito originário à terra, a Convenção nº 169 da OIT, os Protocolos de Consulta Livre, Prévia e Informada e os impactos socioambientais decorrentes da ausência de demarcação territorial. Tais atividades buscaram fortalecer a consciência política das juventudes acerca de seu papel na defesa dos territórios e na continuidade das lutas históricas de seus povos.

Paralelamente, foram desenvolvidas ações voltadas à valorização dos saberes tradicionais e à transmissão intergeracional de conhecimentos, por meio das oficinas “Raízes Vivas”, caminhadas em lugares sagrados, mapeamento comunitário e identificação de plantas medicinais e espécies nativas. Crianças, adolescentes e jovens participaram ativamente desses processos, dialogando com lideranças e anciãos, registrando saberes ancestrais e reconhecendo a relação indissociável entre território, espiritualidade, identidade cultural e modos de vida tradicionais. Essas iniciativas contribuíram para o fortalecimento do sentimento de pertencimento territorial e para a compreensão da demarcação como condição essencial à preservação da vida e da cultura indígena.

Outro eixo relevante das ações envolveu o uso de tecnologias sociais e ferramentas de comunicação comunitária, especialmente por meio de oficinas de operação de drones, fotografia, audiovisual e mapeamento territorial. A capacitação das juventudes indígenas nessas ferramentas teve como objetivo ampliar sua capacidade de monitoramento, registro e denúncia de violações territoriais, bem como fortalecer estratégias próprias de comunicação e visibilidade das lutas pela demarcação. O uso dessas tecnologias foi trabalhado de forma crítica e contextualizada, respeitando as especificidades culturais de cada povo e reafirmando seu caráter instrumental a serviço da proteção territorial e da autodeterminação indígena.

As juventudes indígenas também tiveram participação expressiva em espaços de mobilização, articulação política e incidência institucional, como assembleias regionais e estaduais, encontros comunitários e processos de construção dos Protocolos de Consulta. Ainda que conduzidos de forma intergeracional, esses espaços possibilitaram o engajamento direto de adolescentes e jovens nos debates sobre demarcação, justiça territorial e políticas públicas, fortalecendo sua formação política e sua inserção qualificada nos processos decisórios internos e externos às comunidades.

Como resultados qualitativos, observa-se o fortalecimento do protagonismo juvenil indígena na defesa dos territórios, expresso no aumento da participação ativa das juventudes em espaços comunitários, formativos e políticos; na ampliação do domínio conceitual sobre direitos indígenas e demarcação territorial; e no desenvolvimento de capacidades técnicas voltadas ao registro, à comunicação e à proteção dos territórios tradicionais. As ações também contribuíram para o reforço da identidade cultural, da autoestima coletiva e do vínculo das novas gerações com seus territórios, compreendidos não apenas como espaços físicos, mas como dimensões fundamentais da vida, da memória e da espiritualidade dos povos indígenas.

De modo geral, as atividades desenvolvidas pelo CDPDH em 2025 reafirmaram que crianças, adolescentes e jovens indígenas não são apenas herdeiros das lutas territoriais, mas atores centrais e estratégicos na construção presente e futura da defesa da terra, da biodiversidade e dos direitos coletivos. Ao investir na formação, na escuta e no protagonismo das juventudes, o projeto contribuiu de forma consistente para a consolidação de processos de resistência, autonomia e continuidade histórica da luta pela demarcação dos territórios indígenas no Ceará, em consonância com os princípios dos direitos humanos e com o compromisso institucional do CDPDH com a defesa da vida em sua integralidade.

### **Impactos qualitativo observados:**

As ações desenvolvidas junto a crianças, adolescentes e jovens indígenas ao longo de 2025 tiveram como eixo estruturante o fortalecimento do protagonismo juvenil indígena e a promoção da proteção integral desses sujeitos, em contextos historicamente marcados por violência estrutural, racismo institucional, negação de direitos e ameaças aos territórios tradicionais. As atividades partiram do entendimento de que o investimento nas juventudes indígenas representa um fator estratégico para a continuidade das lutas territoriais, para a preservação dos modos de vida e para o fortalecimento da autodeterminação dos povos indígenas do Ceará.

As formações, oficinas e espaços de diálogo implementados articularam identidade cultural, educação em direitos indígenas, comunicação comunitária e defesa territorial, adotando metodologias participativas e interculturais. Como impacto qualitativo direto dessas ações, observou-se o fortalecimento do reconhecimento identitário e do sentimento de pertencimento territorial entre crianças, adolescentes e jovens indígenas, refletido na valorização de suas histórias, saberes ancestrais e vínculos comunitários, bem como no aumento da confiança para ocupar espaços de fala e participação coletiva.

Outro impacto qualitativo relevante foi o desenvolvimento das capacidades comunicacionais das juventudes indígenas, especialmente por meio do acesso a ferramentas de comunicação comunitária, produção audiovisual e registro territorial. A apropriação dessas ferramentas possibilitou que crianças e jovens passassem a produzir narrativas próprias sobre seus territórios e realidades, ampliando sua autonomia comunicacional, sua capacidade de denúncia de violações de direitos e a visibilidade pública de suas lutas, em contraposição a discursos externos e estigmatizantes.

As atividades também favoreceram o fortalecimento das relações intercomunitárias e da articulação entre diferentes povos indígenas, organizações representativas e instituições parceiras. Como resultado qualitativo, observou-se a ampliação das redes de apoio e cooperação, o compartilhamento de experiências e estratégias de resistência e a construção de ações coletivas voltadas à proteção territorial e à defesa de direitos, contribuindo para uma atuação mais integrada e solidária entre os territórios acompanhados.

Destaca-se, ainda, como impacto qualitativo fundamental, a criação e o fortalecimento de espaços seguros de escuta, diálogo e cuidado, nos quais crianças e adolescentes puderam expressar vivências, identificar situações de violência, racismo e violações de direitos, e acessar redes de proteção comunitárias e institucionais. Esses espaços contribuíram para o aumento da percepção de segurança, para o fortalecimento dos vínculos de confiança e para a consolidação de uma abordagem de proteção integral sensível às especificidades culturais dos povos indígenas.



De forma transversal, os impactos observados indicam que as ações desenvolvidas contribuíram para o fortalecimento de uma rede de proteção mais consistente e articulada, capaz de responder de maneira preventiva e qualificada às violações de direitos que afetam crianças, adolescentes e jovens indígenas. Ao articular formação política, identidade cultural, comunicação comunitária e defesa territorial, as iniciativas reforçaram o protagonismo juvenil indígena como elemento central na defesa da vida, da terra e da dignidade dos povos indígenas do Ceará.

### **3.3 Povos Indígenas do Ceará: Na Defesa da Vida, da Terra e da Biodiversidade**

Ao longo do ano de 2025, o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) desenvolveu e apoiou um conjunto amplo e articulado de ações voltadas à defesa dos direitos dos povos indígenas do Ceará, com ênfase na proteção da vida, na luta pela demarcação e defesa dos territórios tradicionais e na preservação da biodiversidade. Essas ações estiveram inseridas no escopo do projeto “Povos indígenas do Ceará: na defesa da vida, da terra e da biodiversidade”, desenvolvido em diálogo permanente com organizações indígenas, lideranças tradicionais, órgãos públicos e entidades da sociedade civil, reafirmando o compromisso institucional do CDPDH com a justiça social, a autodeterminação dos povos e os direitos humanos.

As iniciativas realizadas partiram do reconhecimento de que os povos indígenas do Ceará enfrentam um contexto persistente de vulnerabilidade territorial, marcado pela morosidade nos processos de demarcação, pela pressão de empreendimentos econômicos, pelas mudanças climáticas e pela insuficiência de políticas públicas adequadas às especificidades culturais e territoriais. Diante desse cenário, a atuação do CDPDH orientou-se por uma estratégia metodológica participativa e territorializada, que combinou assessoria política e institucional, formação em direitos indígenas, fortalecimento organizativo, incidência política e valorização dos saberes tradicionais.

No campo da articulação política e institucional, o CDPDH participou ativamente de reuniões, planejamentos estratégicos e espaços interinstitucionais junto à Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará (SEPINCE), Defensoria Pública do Estado, FUNAI, Ministério dos Povos Indígenas, além de organizações representativas como a FEPOINCE, AMICE e OPRINCE. Essas articulações tiveram como objetivo fortalecer ações conjuntas voltadas ao reconhecimento dos territórios indígenas, à garantia do direito à Consulta Livre, Prévia e Informada e à ampliação do acesso dos povos indígenas à justiça e às políticas públicas. Destaca-se, nesse contexto, o apoio aos processos de construção dos Protocolos de Consulta, instrumento fundamental para a afirmação da autodeterminação indígena e para a proteção dos territórios frente a intervenções externas.

Em 2025, também merece destaque o avanço no processo de reconhecimento e homologação de territórios indígenas no Ceará. Em Agosto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva homologou três terras indígenas no Ceará — Jenipapo-Kanindé (Lagoa Encantada, em Aquiraz), Tremembé de Queimadas (em Acaraú) e Pitaguary (em Maracanaú e Pacatuba) — marcando um importante avanço histórico para os povos indígenas do estado. Com essas homologações, o Ceará passou a contar com cinco territórios oficialmente reconhecidos, resultado do Acordo de Cooperação Técnica firmado em 2023 entre a Funai, o Idace e a Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará, que articulou o processo junto às comunidades e instituições.

No mesmo ano, foi concluída a demarcação física da Terra Indígena Tapeba, em Caucaia, com cerca de 5,3 mil hectares, restando apenas a etapa final de homologação. Além dessas conquistas, o estado já contava com as terras Córrego João Pereira e Barra do Mundaú, do povo Tremembé,

consolidando avanços significativos na garantia dos direitos territoriais indígenas no Ceará.

Paralelamente, o CDPDH apoiou e acompanhou espaços de mobilização e fortalecimento organizativo dos povos indígenas, como assembleias regionais e estaduais, encontros comunitários e eventos culturais, a exemplo da V Assembleia do Povo Pitaguary e da XII edição dos Jogos dos Povos Indígenas do Ceará. Esses espaços cumpriram papel estratégico na reafirmação das identidades indígenas, na valorização da memória coletiva, na construção de consensos internos e no fortalecimento das lutas coletivas em defesa da terra e da vida, além de promoverem o intercâmbio cultural e a união entre diferentes povos indígenas do estado.

No eixo da defesa do território e da biodiversidade, foram desenvolvidas ações formativas e práticas voltadas à proteção ambiental e ao monitoramento territorial, incluindo oficinas de uso de drones, mapeamento comunitário e educação ambiental em terras indígenas como Lagoa Encantada, Aldeia Cajueiro e outros territórios acompanhados. Essas atividades integraram conhecimentos técnicos e científicos com saberes tradicionais, fortalecendo a capacidade das comunidades indígenas de registrar, monitorar e denunciar ameaças aos seus territórios, bem como de valorizar práticas ancestrais de cuidado com a natureza e uso sustentável dos bens comuns.

A valorização dos saberes tradicionais e da relação espiritual e cultural com a terra constituiu eixo transversal das ações desenvolvidas. Oficinas, rodas de conversa e caminhadas territoriais promoveram o reconhecimento da biodiversidade como elemento central da identidade e da vida dos povos indígenas, destacando o papel das sementes crioulas, das plantas medicinais, das águas e dos territórios sagrados na reprodução física, cultural e espiritual das comunidades. Iniciativas como a construção da Casa de Sementes junto ao Povo Tabajara reforçaram a autonomia alimentar, a soberania dos povos e a preservação da agrobiodiversidade como estratégia concreta de resistência e continuidade histórica.

No que se refere aos resultados observados, destaca-se o fortalecimento das organizações indígenas e de suas lideranças na incidência política e na defesa de direitos, evidenciado pela ampliação da participação qualificada dos povos indígenas em espaços de decisão, pelo avanço nos debates sobre demarcação territorial e pela consolidação de instrumentos coletivos de proteção dos territórios. As ações também contribuíram para o aumento da visibilidade das pautas indígenas no âmbito institucional e público, fortalecendo narrativas que afirmam os povos indígenas como sujeitos de direitos e guardiões da biodiversidade.

De forma qualitativa, observa-se ainda o fortalecimento do sentimento de pertencimento territorial, da identidade cultural e da coesão comunitária entre os povos indígenas do Ceará, bem como o reconhecimento crescente da relação indissociável entre defesa da vida, proteção da terra e preservação da biodiversidade. Ao longo de 2025, as iniciativas apoiadas pelo CDPDH contribuíram para reafirmar que a luta indígena pela terra não se restringe à posse territorial, mas se configura como uma defesa ampla da vida em todas as suas dimensões, da justiça socioambiental e da sustentabilidade para as presentes e futuras gerações.

Em síntese, as ações desenvolvidas pelo CDPDH junto aos povos indígenas do Ceará ao longo de 2025 consolidaram processos de resistência, articulação e fortalecimento coletivo, reafirmando o compromisso institucional com a defesa dos direitos humanos, com a promoção da justiça social e com a construção de um modelo de desenvolvimento que respeite os territórios, os modos de vida e a biodiversidade preservada historicamente pelos povos indígenas.

## Impactos qualitativos observados:

Este projeto estruturante contribuiu de forma decisiva para a consolidação do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) como referência na assessoria jurídica, política e organizativa aos povos indígenas do Ceará, especialmente no contexto da defesa da vida, da terra e dos direitos coletivos. A oferta de assessoria jurídica permanente possibilitou o acompanhamento continuado de processos de demarcação territorial, a atuação em situações de conflitos fundiários, o monitoramento de ameaças às lideranças indígenas e a identificação sistemática de violações de direitos coletivos, garantindo respostas qualificadas e alinhadas às demandas concretas dos territórios.

Como impacto qualitativo dessas ações, observou-se um avanço significativo na qualificação das lideranças indígenas para o diálogo institucional e a incidência política junto aos poderes públicos. As formações, assessoramentos e espaços de articulação contribuíram para o fortalecimento da compreensão sobre marcos legais, instrumentos de proteção territorial e mecanismos de participação social, ampliando a capacidade das lideranças de intervir de forma autônoma, estratégica e assertiva nos espaços decisórios.

Outro impacto qualitativo relevante foi o fortalecimento das organizações indígenas enquanto sujeitos políticos coletivos, evidenciado pela maior capacidade de organização interna, de construção de agendas comuns e de atuação articulada em redes e fóruns de representação. As ações de formação e articulação política favoreceram processos de amadurecimento organizativo, reforçando a legitimidade dessas organizações como interlocutoras qualificadas na defesa dos direitos indígenas.

As homologações e avanços na demarcação territorial fortaleceram a autonomia e a autodeterminação dos povos indígenas do Ceará, ampliando a segurança sobre seus territórios e contribuindo para a redução de conflitos fundiários. Esse processo também reforçou a articulação política entre organizações indígenas, sociedade civil e instituições públicas, dando maior visibilidade às pautas indígenas e impulsionando a implementação de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, saneamento e gestão ambiental. Além disso, as conquistas territoriais fortaleceram as lideranças, a identidade cultural e os processos de construção dos Protocolos de Consulta Livre, Prévia e Informada, consolidando instrumentos de proteção dos territórios e dos direitos coletivos.

Destaca-se, ainda, a produção, sistematização e circulação de informações estratégicas sobre riscos, conflitos e ameaças territoriais como impacto qualitativo central do projeto. A construção de diagnósticos, registros territoriais e análises de contexto contribuiu para ampliar a capacidade de prevenção, denúncia e incidência institucional, fortalecendo estratégias coletivas de proteção da vida e dos territórios indígenas.

Por fim, as ações de comunicação, articulação institucional e incidência política resultaram na ampliação da visibilidade pública das lutas indígenas em âmbito local, estadual e nacional. Esse impacto qualitativo refletiu-se no fortalecimento das narrativas indígenas no espaço público, na sensibilização de instituições e da sociedade civil e na ampliação do reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos de direitos e protagonistas na defesa da biodiversidade e da justiça socioambiental.

### 3.4 Projeto Povos Indígenas do Ceará: Comunicar para viver, resistir para existir

No exercício de 2025, o projeto “Povos Indígenas do Ceará: Comunicar para viver, resistir para existir”, executado pela Juventude Indígena Conectada (JIC), consolidou-se como uma experiência estruturante de fortalecimento das juventudes indígenas no Ceará, articulando comunicação comunitária, educação ambiental, valorização dos saberes tradicionais e incidência política em defesa dos territórios e da justiça climática. O projeto integrou a Linha de Fortalecimento da Comunicação Comunitária do Fundo Casa Socioambiental, configurando-se como uma iniciativa estratégica para ampliação das capacidades organizativas e políticas das juventudes indígenas em diferentes territórios do estado.

Ao longo de 2025, as ações desenvolvidas aprofundaram os objetivos inicialmente propostos, superando uma lógica meramente formativa para alcançar impactos estruturais na articulação entre jovens indígenas, organizações da sociedade civil e instituições públicas. A comunicação comunitária foi compreendida e operacionalizada não apenas como instrumento técnico, mas como estratégia política de resistência, afirmação identitária e disputa de narrativas frente aos processos históricos de invisibilização, racismo ambiental e violação de direitos territoriais.

No eixo de fortalecimento da comunicação comunitária, o projeto promoveu a articulação e o acompanhamento sistemático de coletivos e iniciativas indígenas de comunicação, permitindo a identificação, reconhecimento e integração de experiências locais em uma rede colaborativa estadual. Esse processo contribuiu para o fortalecimento do sentimento de pertencimento entre os jovens comunicadores e para a consolidação da JIC como espaço de referência na articulação das juventudes indígenas do Ceará. As oficinas realizadas nos territórios possibilitaram o desenvolvimento de competências técnicas em produção audiovisual, comunicação digital e uso de tecnologias sociais, resultando na criação de conteúdos próprios que expressam as narrativas, lutas e identidades dos povos indígenas a partir de seus próprios olhares.

De forma transversal, a educação ambiental constituiu um eixo estruturante das atividades, sendo trabalhada de maneira integrada à comunicação e aos saberes tradicionais. As oficinas e vivências realizadas nos territórios promoveram reflexões críticas sobre preservação da biodiversidade, mudanças climáticas e racismo ambiental, estimulando o protagonismo juvenil na defesa dos territórios. O uso de ferramentas como drones e mapeamento participativo, aliado à confecção de *seed bombs* e à identificação de áreas sagradas e ambientalmente sensíveis, fortaleceu a autonomia das comunidades na produção de informações estratégicas sobre seus territórios, ampliando sua capacidade de monitoramento e incidência.

No campo da valorização da medicina tradicional indígena, o projeto alcançou relevância qualitativa ao promover rodas de conversa e oficinas que fortaleceram a transmissão intergeracional de saberes. Essas atividades reconheceram o papel central das mulheres, anciãs e guardiãs dos conhecimentos tradicionais como referências comunitárias, integrando práticas de cuidado, espiritualidade e preservação ambiental. A elaboração de cartilhas digitais e registros audiovisuais sobre plantas medicinais e seus usos terapêuticos representou não apenas um produto material do projeto, mas um instrumento de salvaguarda cultural e educativa, apropriado pelas próprias comunidades.

No eixo de incidência política e proteção territorial, 2025 foi marcado pela ampliação do diálogo interinstitucional e pela qualificação da participação das juventudes indígenas em espaços



públicos de debate e formulação de políticas. A realização do Seminário “Justiça Climática, Segurança Pública e Povos Indígenas” configurou-se como um marco político do projeto, ao reunir lideranças indígenas de diversos povos, organizações da sociedade civil e órgãos governamentais estratégicos. O seminário possibilitou a construção coletiva de propostas voltadas à proteção territorial, ao enfrentamento da violência e à adaptação às mudanças climáticas, contribuindo para o debate sobre o Plano Estadual de Segurança Pública e para o fortalecimento da incidência indígena nas políticas públicas estaduais.

A produção do documentário sobre o papel dos povos indígenas na proteção territorial simboliza, de forma emblemática, os resultados alcançados pelo projeto. Produzido integralmente pelos jovens indígenas, o material sintetiza o processo formativo vivenciado ao longo do projeto, evidenciando a apropriação das ferramentas técnicas, o fortalecimento da autonomia comunicacional e a capacidade de elaboração narrativa a partir das experiências territoriais. Trata-se de um produto que extrapola o caráter documental, assumindo função política, pedagógica e identitária.

Em termos de impacto organizacional, o projeto contribuiu significativamente para o fortalecimento institucional da Juventude Indígena Conectada, ampliando suas capacidades de planejamento, execução, articulação em rede e sistematização de resultados. A assessoria técnica do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) foi fundamental nesse processo, garantindo acompanhamento metodológico, apoio logístico e qualificação da gestão do projeto, além do suporte em bens e serviços essenciais para a execução das atividades.

Do ponto de vista territorial e social, os resultados observados em 2025 indicam transformações relevantes no engajamento das juventudes indígenas, especialmente no fortalecimento da autoestima, da consciência política e da visão de futuro dos participantes. As comunidades passaram a contar com jovens mais preparados para atuar na defesa ambiental, na comunicação comunitária e na incidência política, consolidando redes de colaboração e ampliando a visibilidade das pautas indígenas no Ceará.

Dessa forma, o projeto encerra o ano de 2025 apresentando não apenas o cumprimento de suas metas formais, mas a consolidação de processos sociais, políticos e culturais que fortalecem a autonomia das juventudes indígenas e ampliam sua capacidade de enfrentamento aos desafios impostos pelo racismo ambiental, pelas mudanças climáticas e pelas violações territoriais, deixando um legado consistente para a continuidade das ações nos anos seguintes.

### **Impactos qualitativos observados:**

A execução do projeto “Povos Indígenas do Ceará: Comunicar para viver, resistir para existir”, ao longo de 2025, produziu impactos qualitativos significativos e estruturantes nos territórios indígenas envolvidos, especialmente no que se refere ao fortalecimento das juventudes, à valorização dos saberes tradicionais, à ampliação das capacidades comunicacionais e à qualificação da incidência política em defesa dos direitos territoriais e da justiça climática.

Um dos impactos centrais observados foi o fortalecimento do protagonismo juvenil indígena, expresso na ampliação da autonomia, da autoestima coletiva e da capacidade de atuação política dos jovens participantes. As atividades formativas, oficinas e vivências possibilitaram que as juventudes deixassem de ocupar um papel secundário nas dinâmicas comunitárias para se afirmarem como sujeitos políticos ativos, capazes de produzir narrativas próprias, registrar seus territórios, denunciar

violações e dialogar de forma qualificada com instituições públicas e organizações parceiras. Esse processo contribuiu para a construção de uma visão de futuro mais consciente e engajada, ancorada na defesa do território, da cultura e da vida.

No campo da comunicação comunitária, o impacto qualitativo mais relevante foi a consolidação da comunicação como ferramenta estratégica de resistência e incidência política. O projeto promoveu uma mudança substancial na forma como as comunidades e os jovens indígenas se percebem enquanto produtores de informação e conhecimento. A apropriação de tecnologias sociais e ferramentas audiovisuais fortaleceu a capacidade de construção de narrativas próprias, rompendo com lógicas externas e estigmatizantes historicamente impostas aos povos indígenas. A comunicação deixou de ser apenas um meio de divulgação para assumir uma função pedagógica, identitária e política, fortalecendo processos de mobilização social e visibilização das lutas territoriais.

Outro impacto qualitativo expressivo foi a integração entre saberes tradicionais e conhecimentos técnicos, especialmente no âmbito da educação ambiental e da proteção territorial. As atividades desenvolvidas promoveram um diálogo intergeracional consistente, no qual os saberes ancestrais, em especial os relacionados à medicina tradicional, à espiritualidade e ao cuidado com a terra, foram reconhecidos como conhecimentos legítimos e estratégicos para a preservação ambiental. Esse processo contribuiu para o fortalecimento da identidade cultural, para a valorização das lideranças tradicionais — com destaque para o papel das mulheres — e para a reafirmação dos territórios indígenas como espaços de produção de conhecimento e de práticas sustentáveis.

No que se refere à justiça climática e ao enfrentamento do racismo ambiental, o projeto produziu impactos qualitativos ao ampliar a compreensão crítica das comunidades sobre os processos de desigualdade socioambiental que afetam os povos indígenas. As formações e debates realizados possibilitaram que jovens, mulheres e lideranças reconhecessem o racismo ambiental como uma expressão estrutural das violações territoriais, fortalecendo a capacidade coletiva de denúncia, articulação e proposição de alternativas. A qualificação desse debate contribuiu para ampliar a inserção das pautas indígenas nos espaços públicos e institucionais, reforçando a legitimidade das demandas apresentadas.

A realização de ações de incidência política e diálogo interinstitucional resultou em impactos qualitativos relevantes na relação entre comunidades indígenas e órgãos públicos. Observou-se um avanço na capacidade de articulação das juventudes e lideranças indígenas em espaços formais de debate, audiências, seminários e processos de formulação de políticas públicas. O seminário realizado no âmbito do projeto configurou-se como um espaço de escuta qualificada e construção coletiva, fortalecendo o reconhecimento das juventudes indígenas como interlocutoras legítimas nos debates sobre segurança pública, proteção territorial e políticas climáticas.

Do ponto de vista organizacional, os impactos qualitativos também se manifestaram no fortalecimento institucional da Juventude Indígena Conectada (JIC). O projeto contribuiu para o aprimoramento das capacidades de planejamento, execução, articulação em rede e sistematização de experiências, consolidando a JIC como uma referência estadual na formação de jovens comunicadores indígenas e na articulação de iniciativas socioambientais. Esse fortalecimento institucional amplia as condições de sustentabilidade política e organizativa da entidade, potencializando sua atuação em futuras iniciativas.

Por fim, observa-se que os impactos qualitativos do projeto extrapolam os resultados imediatos das atividades executadas, incidindo de forma profunda nos processos sociais e culturais dos territórios envolvidos. A consolidação de redes de juventudes indígenas, a valorização dos saberes tradicionais,

o fortalecimento da comunicação comunitária e a ampliação da incidência política constituem um legado que contribui para a autonomia dos povos indígenas e para a continuidade das lutas em defesa dos territórios, da biodiversidade e da justiça climática no Ceará.

### 3.5 XII Jogos dos Povos Indígenas do Estado do Ceará

Ao longo do período compreendido entre outubro de 2024 e março de 2025, com culminância em janeiro de 2025, o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) executou, em parceria com a Secretaria do Esporte do Estado do Ceará (SESPORTE), a programação referente à realização dos XII Jogos dos Povos Indígenas do Estado do Ceará, conforme Instrumento nº 1354351.

A atividade constituiu-se como uma ação estruturante de promoção dos direitos culturais, esportivos e coletivos dos povos indígenas, articulando esporte, cultura, identidade e fortalecimento organizativo.

O evento teve como objetivo geral promover o intercâmbio cultural, o fortalecimento da identidade indígena e a valorização das práticas esportivas tradicionais dos povos indígenas do Ceará, reconhecendo o esporte como dimensão fundamental da vida comunitária, da cultura e da afirmação dos direitos dos povos originários. De forma específica, os Jogos buscaram garantir a participação ampla e representativa das diferentes etnias indígenas do estado; fortalecer o protagonismo das lideranças e das delegações indígenas na organização do evento; preservar e sistematizar práticas esportivas tradicionais; e assegurar condições dignas de participação, respeitando a diversidade cultural dos povos envolvidos.

Desde a fase preparatória, o projeto adotou uma metodologia participativa e intercultural. A construção do regulamento dos Jogos ocorreu de forma coletiva, envolvendo representantes das lideranças indígenas, a coordenação técnica do evento, a SESPORTE, a Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará (SEPINCE) e o CDPDH. Esse processo garantiu que as normas das competições respeitassem as especificidades culturais e os modos próprios de organização das práticas esportivas indígenas, consolidando um regulamento que integrou princípios do esporte institucionalizado às tradições culturais dos povos participantes. A realização de reuniões remotas e do Congresso Técnico assegurou transparência, participação e consenso coletivo quanto à programação e às regras do evento.

No eixo da mobilização e comunicação, o CDPDH desempenhou papel central na divulgação dos Jogos, utilizando suas redes sociais institucionais como ferramenta estratégica de sensibilização, mobilização e informação junto às comunidades indígenas e à sociedade civil. A produção contínua de conteúdos e a cobertura intensiva do evento contribuíram para ampliar o alcance da iniciativa, fortalecer a visibilidade pública dos Jogos e reforçar a importância das políticas públicas voltadas aos povos indígenas. Os indicadores de engajamento registrados foram avaliados como excelentes, demonstrando o êxito da estratégia comunicacional adotada.

A etapa de inscrição e organização das delegações contou com a disponibilização de formulários específicos para atletas indígenas, abrangendo modalidades individuais e coletivas. Embora não tenha sido possível atingir a meta de ampliação do número de participantes em relação à edição anterior, em razão de ajustes de calendário e desistência de algumas delegações, o evento assegurou ampla representatividade e participação dos povos indígenas presentes, respeitando suas condições logísticas e organizativas.

No que se refere à estrutura e logística, foram planejadas, montadas e utilizadas arenas

esportivas em diferentes espaços da Aldeia Gameleira e do município de São Benedito, contemplando as necessidades das nove modalidades esportivas realizadas. A organização garantiu o traslado das delegações, o credenciamento dos participantes, o fornecimento de alimentação, alojamento e materiais esportivos, assegurando condições adequadas e dignas para a realização das competições, mesmo diante de desafios climáticos e estruturais enfrentados no território.

A solenidade de abertura, realizada em 23 de janeiro de 2025, constituiu um momento simbólico de afirmação da identidade e da diversidade dos povos indígenas do Ceará. Com a participação ativa das delegações, o desfile das etnias, o acendimento da pira olímpica pelo povo anfitrião Tapuya-Kariri e a realização coletiva do Toré e do torém, a cerimônia reafirmou o caráter cultural, comunitário e político dos Jogos, fortalecendo os vínculos entre os povos e celebrando a ancestralidade indígena.

As competições esportivas contemplaram modalidades tradicionais e adaptadas, como futebol masculino e feminino, arco e flecha, corrida da tora, corrida com maraca, corrida de 100 metros, arremesso de lança, tiro de baladeira, cabo de guerra e queda de braço. Todas as modalidades foram organizadas pela Comissão Técnica e custeadas pelo orçamento do projeto, garantindo arbitragem adequada, padronização dos materiais e equidade entre os participantes. O número de competições realizadas superou o inicialmente planejado, evidenciando a eficiência e a capacidade de adaptação da organização do evento.

A premiação e o encerramento ocorreram no dia 26 de janeiro de 2025, com a entrega de troféus e medalhas aos vencedores das modalidades, seguida de um momento coletivo de celebração e agradecimento. Posteriormente, as delegações foram organizadas para o retorno seguro aos seus territórios de origem.

Como resultado qualitativo global, destaca-se a avaliação extremamente positiva do evento por parte das delegações indígenas participantes. Em pesquisa de satisfação realizada posteriormente, os representantes destacaram, de forma unânime, a excelência dos serviços prestados pelo CDPDH, ressaltando o comprometimento da equipe, o respeito à diversidade cultural e a garantia de condições adequadas para a participação plena das comunidades indígenas. Esse reconhecimento reforça o papel do CDPDH como parceiro estratégico do poder público na execução de políticas esportivas e culturais voltadas aos povos indígenas.

Em síntese, a realização dos XII Jogos dos Povos Indígenas do Estado do Ceará consolidou-se como uma ação de grande relevância social, cultural e política, promovendo o fortalecimento da identidade indígena, a valorização das práticas esportivas tradicionais e o reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos de direitos. O projeto reafirmou o compromisso do CDPDH, da Secretaria do Esporte do Ceará e das instituições parceiras com a promoção da diversidade cultural, da justiça social e da dignidade dos povos indígenas do Ceará.

### **Impactos qualitativos observados:**

A realização dos XII Jogos dos Povos Indígenas do Estado do Ceará, ao longo de 2025, gerou impactos qualitativos significativos no fortalecimento da identidade, da organização coletiva e da visibilidade social dos povos indígenas participantes, consolidando o evento como uma ação estratégica de promoção de direitos culturais, esportivos e coletivos.

Um dos principais impactos qualitativos observados foi o fortalecimento da identidade cultural e do sentimento de pertencimento coletivo entre os povos indígenas do Ceará. A vivência intercultural



proporcionada pelos Jogos, por meio do encontro entre diferentes etnias, da valorização das práticas esportivas tradicionais e da centralidade dos rituais, cantos e expressões corporais indígenas, contribuiu para a reafirmação da ancestralidade, da memória coletiva e do orgulho identitário, especialmente entre crianças, adolescentes e jovens indígenas.

Observou-se, ainda, o reforço dos vínculos interétnicos e da articulação entre os povos indígenas, favorecendo o diálogo, a troca de experiências e a construção de laços de solidariedade entre delegações de diferentes territórios. Esse intercâmbio fortaleceu processos de organização coletiva, ampliou a coesão do movimento indígena estadual e contribuiu para a construção de agendas comuns de luta e reivindicação de direitos.

No campo organizativo e institucional, os Jogos produziram impacto qualitativo relevante ao fortalecer o protagonismo das lideranças e organizações indígenas na condução de atividades de grande porte, evidenciando sua capacidade de participação ativa na elaboração de regulamentos, na tomada de decisões e na organização coletiva do evento. Esse processo contribuiu para o aprimoramento das capacidades organizativas e para o reconhecimento das lideranças indígenas como interlocutoras qualificadas junto ao poder público e às instituições parceiras.

Outro impacto qualitativo significativo foi a valorização das práticas esportivas tradicionais indígenas como expressões culturais e políticas, e não apenas como atividades recreativas. A inclusão e o reconhecimento dessas modalidades no âmbito de uma política pública estadual de esporte reforçaram a compreensão do esporte indígena como direito cultural, instrumento de fortalecimento comunitário e meio de afirmação da diversidade cultural dos povos indígenas.

A ampla divulgação dos Jogos e a cobertura comunicacional realizada contribuíram para a ampliação da visibilidade pública das pautas indígenas, sensibilizando a sociedade civil e as instituições sobre a existência, a diversidade e as reivindicações dos povos indígenas do Ceará. Esse impacto qualitativo refletiu-se no fortalecimento de narrativas que reconhecem os povos indígenas como sujeitos de direitos e protagonistas na preservação da cultura, da biodiversidade e da vida em seus territórios.

Por fim, destaca-se como impacto qualitativo transversal a consolidação do CDPDH como referência na execução de políticas públicas interculturais, capazes de articular Estado, organizações indígenas e sociedade civil de forma respeitosa, participativa e eficaz. A avaliação positiva das delegações indígenas quanto à organização, ao acolhimento e ao respeito às especificidades culturais evidencia que a atividade contribuiu para o fortalecimento da confiança institucional e para a ampliação das possibilidades de cooperação futura em ações voltadas aos direitos dos povos indígenas.

De modo geral, os impactos qualitativos observados demonstram que os XII Jogos dos Povos Indígenas do Estado do Ceará ultrapassaram o caráter esportivo, configurando-se como um espaço de afirmação identitária, fortalecimento organizativo, incidência política e promoção da dignidade dos povos indígenas, em consonância com os princípios dos direitos humanos e da justiça social.

#### **4. Participação Social e Protagonismo dos Beneficiários**

A participação social e o protagonismo dos beneficiários constituíram eixos estruturantes da atuação do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) ao longo do ano de 2025, orientando de forma transversal o planejamento, a execução e a avaliação das ações desenvolvidas nos diferentes programas e projetos implementados. A metodologia adotada pela instituição partiu do reconhecimento de que a efetivação dos direitos humanos exige a

centralidade dos sujeitos historicamente vulnerabilizados como protagonistas dos processos de transformação social, e não como meros destinatários de políticas, projetos ou serviços.

Nesse sentido, as ações do CDPDH foram construídas a partir de práticas participativas, dialógicas e territorializadas, que privilegiaram a escuta qualificada, o respeito às dinâmicas comunitárias e a valorização dos saberes locais. Os beneficiários — crianças, adolescentes, jovens, lideranças comunitárias, povos indígenas, gestores escolares e comunidades tradicionais — participaram ativamente dos processos de diagnóstico das realidades locais, da definição de prioridades, da formulação de estratégias de intervenção e da avaliação contínua das atividades desenvolvidas. Essa abordagem contribuiu para assegurar maior legitimidade social às ações, bem como para garantir sua adequação às especificidades culturais, territoriais e institucionais dos contextos acompanhados.

No âmbito dos projetos voltados à promoção do direito humano à água, ao saneamento e à higiene em escolas indígenas, quilombolas, do campo e rurais, a participação social manifestou-se de forma expressiva por meio do envolvimento direto das comunidades escolares nos processos de diagnóstico, planejamento e implementação das ações. Gestores, professores, estudantes e famílias participaram ativamente das visitas técnicas, das oficinas formativas e da elaboração de projetos de melhoria da infraestrutura escolar, assumindo papel central na construção de soluções contextualizadas e sustentáveis. Esse processo fortaleceu o protagonismo das escolas enquanto espaços comunitários de formulação e incidência em políticas públicas, ampliando a corresponsabilização pelo cuidado com os bens comuns e pelo direito à educação em condições dignas.

A participação ativa de crianças e adolescentes nas oficinas, atividades lúdicas e ações educativas contribuiu para o fortalecimento de uma cultura de direitos e para o desenvolvimento do protagonismo juvenil no ambiente escolar. Observou-se que os estudantes passaram a atuar como multiplicadores de práticas de higiene, cuidado ambiental e uso responsável da água, tanto no espaço escolar quanto em seus territórios familiares e comunitários, evidenciando a internalização dos conteúdos trabalhados e a ampliação de sua capacidade de intervenção social.

Nos projetos voltados aos povos indígenas, em especial aqueles relacionados à luta pela demarcação territorial, à defesa da vida e da biodiversidade e ao fortalecimento das juventudes indígenas, a participação social assumiu caráter estratégico e político. Crianças, adolescentes, jovens e lideranças indígenas participaram ativamente de oficinas formativas, caminhadas territoriais, processos de mapeamento comunitário, atividades de valorização dos saberes tradicionais e espaços de articulação política. Essas ações fortaleceram o reconhecimento dos beneficiários como sujeitos de direitos e agentes centrais na defesa de seus territórios, contribuindo para o aprofundamento da consciência política, do sentimento de pertencimento territorial e da identidade cultural.

O protagonismo juvenil indígena foi particularmente evidenciado nas atividades de comunicação comunitária, uso de tecnologias sociais e produção audiovisual. Jovens indígenas assumiram papel ativo na documentação de seus territórios, no registro de violações de direitos e na construção de narrativas próprias sobre suas realidades, rompendo com discursos externos e historicamente estigmatizantes. A apropriação dessas ferramentas ampliou a autonomia comunicacional das juventudes e fortaleceu sua capacidade de incidência política e de diálogo com instituições públicas e organizações parceiras.

A participação das lideranças e organizações indígenas também se destacou nos processos de articulação institucional e incidência política promovidos ou acompanhados pelo CDPDH.

Assembleias regionais e estaduais, encontros comunitários, construção de Protocolos de Consulta Livre, Prévia e Informada e participação em espaços interinstitucionais constituíram momentos relevantes de exercício do protagonismo coletivo, nos quais os povos indígenas puderam formular agendas comuns, fortalecer suas organizações e ampliar sua capacidade de intervenção nos processos decisórios que afetam seus territórios e modos de vida.

No caso da realização dos XII Jogos dos Povos Indígenas do Estado do Ceará, a participação social e o protagonismo dos beneficiários manifestaram-se de forma exemplar desde a fase preparatória até a execução do evento. As delegações indígenas e suas lideranças participaram da construção coletiva do regulamento, da definição das modalidades esportivas, da organização logística e da condução das atividades culturais e esportivas. Esse processo assegurou que os Jogos respeitassem as especificidades culturais dos povos participantes e consolidou o evento como espaço de afirmação identitária, fortalecimento organizativo e protagonismo indígena no âmbito de uma política pública estadual.

De forma transversal, as ações desenvolvidas pelo CDPDH em 2025 contribuíram para o fortalecimento de práticas de controle social, corresponsabilidade e autonomia comunitária. A participação ativa dos beneficiários nos diferentes níveis das ações promoveu maior apropriação dos processos, sustentabilidade das iniciativas e fortalecimento dos sujeitos coletivos acompanhados. Observa-se que o protagonismo exercido ao longo das atividades ampliou a capacidade dos beneficiários de formular demandas, propor soluções, incidir politicamente e fortalecer redes de solidariedade e proteção em seus territórios.

Assim, a experiência acumulada ao longo de 2025 reafirma que a centralidade da participação social e do protagonismo dos beneficiários não apenas qualifica as ações desenvolvidas, mas constitui condição essencial para a efetivação dos direitos humanos, para o fortalecimento da democracia participativa e para a construção de processos emancipatórios duradouros, em consonância com a missão institucional do CDPDH e com os princípios da dignidade humana, da justiça social e da opção preferencial pelos pobres

## 5. Desafios Estruturais e Contextuais

A execução das atividades desenvolvidas pelo Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) ao longo do ano de 2025 ocorreu em um contexto marcado por múltiplos desafios estruturais e conjunturais, que impactaram diretamente os territórios acompanhados, os públicos beneficiários e os próprios processos de implementação das ações institucionais. Esses desafios, longe de se configurarem como obstáculos pontuais, revelam a persistência de desigualdades históricas, fragilidades institucionais e dinâmicas de violência estrutural que atravessam a realidade social cearense e incidem de forma particular sobre povos indígenas, comunidades tradicionais, crianças, adolescentes e populações em situação de vulnerabilidade.

Um dos principais desafios estruturais identificados refere-se à fragilização das políticas públicas de proteção social, territorial e ambiental, evidenciada pela insuficiência de ações estatais contínuas e eficazes nos territórios acompanhados. Em diversas situações, observou-se a descontinuidade de programas governamentais, a limitação de recursos financeiros e humanos e a baixa capacidade de resposta institucional diante das demandas apresentadas pelas comunidades. Tal cenário impôs ao CDPDH e às organizações parceiras a necessidade de intensificar ações de incidência política e de mediação institucional, ao mesmo tempo em que sobrecarregou iniciativas da sociedade

civil que passaram a suprir lacunas deixadas pelo poder público.

Outro desafio estrutural relevante diz respeito à morosidade e à instabilidade dos processos de demarcação e regularização territorial, especialmente no que concerne aos povos indígenas do Ceará. A ausência de definição jurídica dos territórios tradicionais permaneceu como fator permanente de insegurança, ampliando conflitos fundiários, tensões com agentes externos e a exposição das comunidades a pressões econômicas, ambientais e políticas. Essa realidade impactou diretamente o desenvolvimento das atividades nos territórios, exigindo constante readequação de estratégias, fortalecimento de mecanismos de proteção coletiva e atenção redobrada à segurança das lideranças e dos participantes das ações.

No plano contextual, destacou-se o avanço de dinâmicas de violência e insegurança em determinados territórios, associado tanto à presença de organizações criminosas quanto à fragilidade das políticas de segurança pública voltadas às áreas rurais, indígenas e periféricas. Em alguns contextos, esse cenário restringiu a mobilidade das equipes técnicas e dos próprios beneficiários, dificultando a realização de atividades presenciais contínuas e exigindo adaptações metodológicas para garantir a integridade física dos envolvidos. A insegurança também gerou impactos subjetivos relevantes, como o medo, o silenciamento e o retraimento da participação comunitária em determinados momentos.

Outro desafio estrutural observado foi a vulnerabilidade socioeconômica agravada das famílias acompanhadas, decorrente do aumento do custo de vida, da precarização das condições de trabalho e da insuficiência de políticas de geração de renda nos territórios. Essa realidade incidiu diretamente sobre a capacidade de participação continuada dos beneficiários nas atividades propostas, uma vez que muitas famílias priorizaram estratégias imediatas de sobrevivência em detrimento de processos formativos ou organizativos de médio e longo prazo. Tal contexto demandou do CDPDH uma atuação sensível às condições materiais dos públicos acompanhados, integrando ações de proteção social, solidariedade e cuidado aos processos de formação e incidência.

No campo institucional, um desafio recorrente esteve relacionado à dificuldade de manutenção de ações presenciais contínuas em territórios geograficamente dispersos e com infraestrutura limitada. As grandes distâncias, as condições precárias de acesso e as limitações logísticas impuseram entraves à regularidade das atividades, exigindo planejamento minucioso, otimização de recursos e, em alguns casos, a adoção de estratégias híbridas que combinaram encontros presenciais e articulação remota. Embora tais estratégias tenham ampliado o alcance das ações, também evidenciaram desigualdades no acesso a tecnologias digitais e conectividade, especialmente em comunidades indígenas e rurais.

Adicionalmente, observou-se como desafio transversal a persistência do racismo estrutural e institucional, que se manifesta tanto na negação de direitos quanto na invisibilização das demandas dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Esse fator incidiu sobre os processos de diálogo com instituições públicas, frequentemente marcados por burocratização excessiva, baixa sensibilidade intercultural e resistência à incorporação de perspectivas comunitárias e territoriais na formulação de políticas públicas. Tal cenário exigiu do CDPDH um esforço permanente de mediação, sensibilização institucional e qualificação do debate público sobre direitos humanos, justiça social e diversidade cultural.

Por fim, cabe destacar como desafio contextual a complexidade inerente à articulação interinstitucional em um cenário de múltiplos atores e agendas, especialmente em projetos que envolveram parcerias com órgãos públicos, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e lideranças comunitárias. A harmonização de tempos institucionais, expectativas e



procedimentos administrativos demandou esforços constantes de coordenação, negociação e adaptação, ao mesmo tempo em que reforçou a importância do diálogo, da transparência e da construção de consensos como princípios orientadores da atuação institucional.

Em síntese, os desafios estruturais e contextuais observados ao longo de 2025 evidenciam que a promoção e a defesa dos direitos humanos nos territórios acompanhados pelo CDPDH se dão em um ambiente complexo, marcado por desigualdades persistentes, conflitos territoriais, fragilidades institucionais e dinâmicas de violência. Ao mesmo tempo, esses desafios reafirmam a relevância da atuação territorializada, participativa e comprometida do CDPDH, bem como a necessidade de estratégias integradas e de longo prazo que articulem formação, incidência política, proteção social e fortalecimento comunitário como caminhos para o enfrentamento das violações de direitos e para a construção de processos emancipatórios sustentáveis.

## 6. Estratégias de Enfrentamento e Aprendizados

Ao longo de 2025, o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) desenvolveu suas ações em um contexto de elevada complexidade territorial e institucional, marcado por inseguranças, fragilização de políticas públicas e vulnerabilidades sociais persistentes. Diante desse cenário, a instituição adotou um conjunto articulado de estratégias de enfrentamento que permitiram, simultaneamente, garantir a continuidade das atividades, preservar a integridade dos públicos acompanhados e qualificar os resultados alcançados. As estratégias implementadas revelam uma metodologia de atuação adaptativa, territorializada e orientada por princípios de participação social, proteção integral e incidência política.

Uma das principais estratégias adotadas consistiu na ampliação e qualificação do uso de ferramentas digitais para articulação, comunicação e continuidade das ações. Em situações nas quais a realização de atividades presenciais foi restringida por fatores de segurança, logística ou mobilidade territorial, o CDPDH recorreu a meios digitais como alternativa para manter processos de acompanhamento, reuniões de articulação, alinhamentos interinstitucionais e atividades formativas. Essa estratégia não foi compreendida como simples substituição do presencial, mas como mecanismo de mitigação de riscos, garantia de fluxo de comunicação e manutenção de vínculos com os territórios, preservando a continuidade institucional mesmo em cenários adversos.

De forma complementar, observou-se o fortalecimento e a diversificação de parcerias institucionais como estratégia central de enfrentamento. O CDPDH intensificou a articulação com organizações representativas, entidades da sociedade civil, pastorais sociais, organismos internacionais e órgãos públicos, com vistas a construir respostas mais robustas às demandas dos territórios e ampliar a capacidade de incidência política. Essa estratégia mostrou-se particularmente relevante em projetos de grande envergadura, nos quais a sustentabilidade das ações dependeu de governança compartilhada, divisão de responsabilidades e mobilização de apoios técnicos, logísticos e institucionais. A experiência de 2025 reforçou, assim, a compreensão de que a atuação em direitos humanos exige redes efetivas de cooperação, capazes de reduzir isolamento institucional e aumentar o alcance social das intervenções.

Outra estratégia estruturante foi a intensificação das ações de formação e qualificação política dos sujeitos e coletividades acompanhadas, articulando educação em direitos humanos, fortalecimento identitário e desenvolvimento de capacidades técnicas. Em diferentes frentes de atuação — escolas, juventudes indígenas, lideranças comunitárias e espaços interinstitucionais — as formações foram

concebidas como instrumentos de enfrentamento das vulnerabilidades estruturais, promovendo autonomia, consciência crítica e ampliação da capacidade de diálogo institucional. Esse investimento na formação foi particularmente estratégico em contextos onde o acesso a políticas públicas é instável, pois fortalece os sujeitos para reivindicarem direitos, exercerem controle social e construir respostas comunitárias sustentáveis.

No mesmo sentido, destacou-se como estratégia de enfrentamento o reforço da incidência política em espaços institucionais. Em 2025, a atuação do CDPDH evidenciou que, diante de lacunas estatais e de violações persistentes de direitos, torna-se indispensável tensionar e mobilizar instâncias públicas de decisão. Assim, a instituição intensificou sua presença em conselhos, fóruns, audiências, diálogos com secretarias e articulações intersetoriais, buscando influenciar políticas públicas, assegurar responsabilização institucional e ampliar a capacidade de resposta do Estado em temas como proteção territorial, segurança, educação, saneamento e direitos de crianças e adolescentes. Essa incidência se constituiu como estratégia de médio e longo prazo, articulada à produção de diagnósticos, sistematizações e propostas, fortalecendo processos de transformação estrutural e não apenas respostas emergenciais.

Como dimensão transversal dessas estratégias, observou-se o avanço de aprendizados institucionais relevantes. Em primeiro lugar, consolidou-se o entendimento de que a atuação territorial exige flexibilidade metodológica e capacidade de adaptação contínua, sem perda de coerência política. A experiência demonstrou que contextos de risco e instabilidade demandam planejamento vivo, readequação de agendas, diversificação de formatos e reforço de mecanismos de cuidado e proteção, tanto para equipes quanto para beneficiários.

Em segundo lugar, a execução das atividades evidenciou o aprendizado de que processos participativos geram maior legitimidade e sustentabilidade. Ao envolver beneficiários nos diagnósticos, planejamentos e avaliações, as ações tornaram-se mais aderentes às realidades locais, fortaleceram corresponsabilidade e potencializaram o protagonismo comunitário. Esse aprendizado é particularmente relevante em projetos com foco em direitos coletivos, onde os resultados dependem da apropriação comunitária e da continuidade local das práticas e articulações iniciadas.

Em terceiro lugar, observou-se o fortalecimento da compreensão institucional de que a comunicação é ferramenta estratégica de enfrentamento e incidência, não apenas um mecanismo de divulgação. A adoção de práticas comunicacionais para mobilização social, visibilização de pautas e articulação de redes reforçou a potência da comunicação como instrumento de denúncia, educação pública e construção de legitimidade política.

Por fim, destaca-se como aprendizado estruturante a reafirmação de que a defesa de direitos humanos em territórios vulnerabilizados exige uma abordagem integrada, capaz de articular assessoria jurídica popular, educação em direitos, incidência política, comunicação comunitária e proteção social. A experiência de 2025 reforçou que a eficácia institucional não se mede apenas por entregas pontuais, mas pela capacidade de produzir processos que fortaleçam sujeitos coletivos, ampliem redes de proteção e incidam sobre as causas estruturais das violações.

Em síntese, as estratégias de enfrentamento adotadas e os aprendizados observados ao longo de 2025 demonstram que o CDPDH desenvolveu uma atuação resiliente, integrada e orientada por princípios de dignidade humana, participação social e justiça social. Ao transformar desafios em oportunidades de aprimoramento metodológico e fortalecimento de redes, o CDPDH consolidou caminhos institucionais que qualificam sua atuação futura e ampliam seu potencial de incidência na promoção de direitos e na construção de alternativas sustentáveis de transformação social.

## 7. Considerações Finais

As atividades desenvolvidas pelo Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) ao longo do ano de 2025 evidenciam a consolidação de uma atuação institucional comprometida com a defesa integral dos direitos humanos, orientada por princípios de justiça social, dignidade humana, participação social e opção preferencial pelos pobres. Em um contexto marcado por profundas desigualdades estruturais, fragilização de políticas públicas e intensificação de conflitos territoriais, o CDPDH manteve uma presença qualificada e estratégica junto aos territórios e populações acompanhadas, reafirmando sua relevância como ator político, jurídico e social no cenário cearense.

A análise integrada das ações realizadas demonstra que o CDPDH foi capaz de articular, de forma consistente, diferentes dimensões de atuação — assessoria jurídica popular, educação em direitos humanos, comunicação comunitária, incidência política e proteção social — construindo respostas que ultrapassam intervenções pontuais e contribuem para processos de transformação social de médio e longo prazo. Essa abordagem integrada permitiu enfrentar não apenas os efeitos imediatos das violações de direitos, mas também suas causas estruturais, fortalecendo sujeitos coletivos e ampliando a capacidade de resistência e organização das comunidades acompanhadas.

Os projetos executados em 2025 evidenciam a centralidade da participação social e do protagonismo dos beneficiários como elemento fundamental para a efetividade das ações. Crianças, adolescentes, jovens, lideranças comunitárias, povos indígenas e comunidades escolares não foram tratados como destinatários passivos das iniciativas, mas como sujeitos ativos na construção dos diagnósticos, no planejamento das atividades, na execução das ações e na avaliação dos resultados. Essa escolha metodológica conferiu maior legitimidade social às intervenções, assegurou maior aderência às realidades territoriais e fortaleceu processos de autonomia, corresponsabilidade e controle social.

No campo da defesa dos direitos dos povos indígenas, as ações desenvolvidas ao longo de 2025 reafirmaram a compreensão de que a luta pela terra, pela biodiversidade e pela vida constitui eixo central da promoção dos direitos humanos no Ceará. O acompanhamento dos processos de demarcação, o fortalecimento organizativo das comunidades, a valorização dos saberes tradicionais e o investimento no protagonismo das juventudes indígenas demonstram uma atuação comprometida com a autodeterminação dos povos e com a preservação dos modos de vida tradicionais. Tais ações contribuíram para ampliar a visibilidade das pautas indígenas, fortalecer redes de articulação e qualificar a incidência política em espaços institucionais estratégicos.

De igual modo, os projetos voltados ao direito humano à água, ao saneamento e à higiene evidenciaram a capacidade do CDPDH de atuar de forma intersetorial, articulando direitos humanos, educação, saúde pública e equidade social. As ações realizadas em escolas indígenas, quilombolas, do campo e rurais contribuíram para a promoção de ambientes mais dignos, seguros e inclusivos, fortalecendo o papel das comunidades escolares como sujeitos de políticas públicas e ampliando a compreensão do WASH como direito fundamental, indissociável da dignidade humana e do direito à educação.

A realização de ações culturais e esportivas, como os Jogos dos Povos Indígenas do Estado do Ceará, reafirmou a importância do reconhecimento dos direitos culturais como dimensão essencial dos direitos humanos. Ao valorizar práticas esportivas tradicionais, identidades e expressões culturais indígenas, o CDPDH contribuiu para o fortalecimento do sentimento de pertencimento, da coesão comunitária e da visibilidade pública dos povos indígenas, consolidando o esporte e a cultura como instrumentos de afirmação identitária, organização coletiva e incidência política.

Os desafios enfrentados ao longo de 2025 — relacionados à insegurança territorial, à vulnerabilidade socioeconômica, à fragilização das políticas públicas e às limitações logísticas e institucionais — evidenciaram a complexidade do contexto de atuação. No entanto, as estratégias de enfrentamento adotadas, aliadas aos aprendizados institucionais acumulados, demonstram a capacidade do CDPDH de atuar de forma resiliente, adaptativa e comprometida com a proteção integral dos sujeitos acompanhados. A ampliação de parcerias, o fortalecimento das redes de cooperação e o investimento contínuo na formação política e técnica dos públicos beneficiários constituem legados importantes desse ciclo de atuação.



Dessa forma, o ano de 2025 reafirma o CDPDH como uma instituição estratégica na promoção e defesa dos direitos humanos no Ceará, capaz de articular ação territorial, incidência política e compromisso ético com a vida em sua integralidade. As experiências, aprendizados e resultados alcançados fortalecem as bases para a continuidade e o aprofundamento das ações nos anos seguintes, apontando para a necessidade de perseverança na defesa dos direitos coletivos, na proteção dos territórios e na construção de uma sociedade mais justa, solidária, plural e democrática, em consonância com a missão institucional do CDPDH e com os princípios que orientam sua trajetória histórica.

**Kelanny Oliveira de Moraes**  
**Coordenadora de Projetos do CDPDH**